

MEMÓRIAS EM CONFLITO NA FUNDAÇÃO DE JALES

Gabriela Araújo Puerto

Resumo: Muitas vezes, o contar da história é deturpado pela tendência de valorizar um indivíduo em detrimento de um processo muito mais dinâmico e conflituoso. Desta forma, os conflitos são maquiados por uma história que personifica em um mito de herói todo um processo histórico, produzindo uma memória de ocultamentos e imparcialidades. Este artigo apresenta um esboço sobre a construção do mito Euphly Jalles, fundador da cidade de Jales, Estado de São Paulo, norteando o caminho da pesquisa e do encontro de evidências que permitem a percepção que os mitos historicamente instituídos por uma memória coletiva podem ser questionados.

Palavras-chave: Memória; História; Cidade; fundação.

A fundação de cidades foi uma prática comum na região Noroeste Paulista durante o final do século XIX e início do século XX, em decorrência da chegada das frentes de expansão e pioneira que alargavam as fronteiras para o Oeste do Estado de São Paulo. No caso da cidade de Jales, sua fundação deu-se em 1941, tendo por fundador o engenheiro Euphly Jalles.

Estas cidades eram fundadas com o propósito de valorizar as terras a sua volta, como afirma Nardoque a respeito de Jales: “[...] para efetuar as vendas, fundou, primeiro a vila, para servir como ponto de referência para os possíveis compradores [...] (NARDOQUE; OLIVEIRA, 2005)”. Para a efetivação da fundação da vila, como eram denominadas as cidades, geralmente, “o fundador doava uma parcela de terra a um santo, onde seria construída, posteriormente, a capela. Erguia-se o cruzeiro – cruz de madeira – e fazia-se festa, para alardear o nascimento do povoado, com a bênção de um padre e pessoas importantes”. (NARDOQUE; OLIVEIRA, 2005)

Desta forma, as cidades, em sua maioria, possuem ao centro a praça com a Igreja e o Cruzeiro. Este é também o caso de Jales, possuindo a Matriz, e em frente à Praça Dr. Euphly Jalles, onde se encontra erguido um monumento em homenagem a seu fundador, a estátua de Euphly Jalles. O fato inusitado neste contexto ocorreu no dia 6 de

março de 2006, quando os moradores, logo cedo, depararam-se com a estátua de seu fundador caída ao chão. O Jornal de Jales, jornal semanal da cidade, de circulação regional, apresentou o fato com uma interrogação na manchete: Quem derrubou a estátua do Fundador?

O fato angariou representatividade entre os munícipes, tendo grande repercussão na cidade e região. A estátua em questão é representativa da imagem e configura-se em uma homenagem ao fundador da cidade. A estátua é uma marca da memória local e fora financiada pela população em uma campanha entre 24 de setembro de 1969 e 14 de abril de 1970, segundo artigo de Manoel Paz Landim, nesta mesma edição do jornal, intitulado: “O livro de ouro e a estátua do fundador”. O projeto para angariar fundos teria sido espontâneo, numa iniciativa própria da população.

A partir disto, tem-se uma dicotomia marcante na sociedade jalesense. Por um lado, é possível aprender que a memória de Euphly Jalles na cidade é algo ligada à noção romântica de saudosismo. Por ter partido da população a iniciativa de erguer a estátua em homenagem a Euphly Jalles, parece que a memória coletiva é harmoniosa e que o fundador é visto com bons olhos por todos. Ou seja, é um verdadeiro herói na cidade.

Por outro lado, tem-se que a derrubada da estátua aponta para uma outra possibilidade interpretativa, uma vez que sua queda leva consigo muitas imagens e representações que a alicerçavam. A partir daí, pode-se definir a ideia de uma memória dividida. Esta ideia produz-se através da dicotomia que estes fatos apresentam, enquanto uns erguem uma estátua, outros a derrubam. Existe, portanto, um confronto com relação à memória do fundador em Jales. Na preocupação de procurar compreender este conflito, transporta-se automaticamente para a raiz da questão: a produção desta memória. Afinal, o discurso que permeia a relação entre as pessoas e a memória da cidade é fruto de uma produção, de uma versão da história destinada a ser a memória oficial de Jales.

Na procura de compreender os fatores que acabam por exercer influência sobre a população, em sua memória coletiva, usou-se da estratégia de pesquisar documentos que representavam os diversos meios em que a história de Jales é contada e, desta forma, uma memória é produzida.

Perceber as formas como as memórias são apropriadas e como circulam indica muito a respeito dos significados, interesses e influências desta memória. Os meios em que se vinculam esta categoria são os meios pelos quais circula a história. A análise das

fontes e do processo de constituição destas torna-se uma problemática imprescindível, reconhecendo que os meios em que a memória é transmitida exercem influência. Cabe, portanto, o trabalho voltado à reflexão acerca dos mecanismos de transmissão da memória, ou de uma dada versão da história, bem como o conteúdo a ser transmitido e incorporado socialmente que, muitas vezes, sofre distorções para melhor se adaptar às necessidades de grupos dominantes.

Por isso é fundamental desvendar os processos e meios de produção da memória dominante em seu duplo movimento de produção de visibilidade e ocultação (de momentos, projetos e sujeitos sociais) para “vislumbrar conflitos tensões, articulações entre memórias hegemônicas e alternativas produzidas na vida cotidiana”(MACIEL, 2006, p. 04).

A produção da memória mostra-se como um processo dicotômico, em que conflita uma memória destinada a ser hegemônica e a memória particular, produzida na vivência, no cotidiano, estruturada aos modos de vida dos diversos sujeitos. A partir deste quadro de disputas, a memória vai sendo moldada ao passo que os fatos do passado vão ganhando significados no tempo presente. Nesta reflexão, cabe destacar a colocação do Grupo Memória Popular que apresenta uma válida interpretação a esta dicotomia apresentada, afirmando que

É útil distinguir as principais maneiras pelas quais se produzem os sentidos do passado: por meio de representações públicas e por meio da memória privada (que, no entanto, também pode ser coletiva e compartilhada). A primeira maneira envolve um ‘teatro’ público de história, um palco público e uma audiência pública para a encenação de dramas sobre ‘nossa’ história ou herança (...) chamaremos os produtos desses mecanismos, no conjunto de suas relações e combinações em qualquer momento, de ‘o campo das representações públicas da história’. Pensando sobre as maneiras como essas representações afetam concepções individuais ou de grupos do passado, podemos falar em ‘memória dominante’ (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 283-284).

Destarte, a memória dominante está intimamente ligada às representações públicas, que afetam diretamente a memória privada, particular do sujeito, criando uma memória com o intuito de ser hegemônica, a fim de sedimentar determinada versão do passado, atribuindo-lhe sentidos ao passado que melhor respondem aos objetivos do presente. Desta forma, torna-se necessário o cuidado em trabalhar as representações das quais os sujeitos estão vulneráveis, uma vez que, de acordo com o texto, estas representações tendem a ser uma encenação do passado, distorcendo, assim, seu real significado em prol de interesses diversos. Por outro lado, dado o potencial

influenciador desta memória dominante, pode-se apreender o poder destas representações públicas, que transferem legitimidade a uma memória produzida através de mecanismos diversos de difusão de suas versões da história.

É importante também o trabalho com a categoria memória a partir do entendimento de que todas as fontes historiográficas são portadoras de memória e as transmitem com certas particularidades de interesses. Os documentos apresentam fragmentos de uma possibilidade de leitura e interpretação dentre as diversidades presentes no processo histórico. Uma possibilidade selecionada e detentora de significados que traz consigo interesses e reflexos de conflitos sociais. Portanto, historicizar estes fragmentos significa antes de mais nada descortinar o caminho que leva a sua produção, transferindo a “atenção às disputas e lutas que marcam a produção social da memória” (MACIEL, 2004, p. 15), que conforme indica Maciel, deve ser um dos pontos centrais da reflexão que passa pela discussão acerca da memória.

Cabe então perseguir o caminho que leva à fonte em si, a intencionalidade de quem a produz, percebendo processos sociais de sua construção, tendo ciência de que ocorre constantemente a apropriação da memória como um instrumento de legitimação de poder e controle da realidade, pois transferem significados e influenciam na formação de opinião em âmbito social.

Desta forma, as fontes de pesquisa, enquanto portadores de memória, projetam a necessidade de uma investigação que valorize a preocupação em tornar os documentos evidências de uma realidade histórica e de todas as estratégias que configuram a diversidade nas formas de percebê-las.

No campo do registro destas memórias, entra em questão a narrativa no contexto da escrita da história propriamente, conforme sustenta a reflexão do Grupo Memória Popular: “O primeiro passo para definir memória popular é ampliar o que entendemos por ‘escrita da história’ e, portanto, o que implica a interpretação historiográfica (...) para ampliar a idéia de produção histórica bem além dos limites da escrita da história acadêmica” (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 283). Neste campo, cabe analisar a forma como a memória se constitui em texto nas mãos de diversos narradores – a intencionalidade na interpretação - afinal, o processo narrativo sempre apresenta subjetividade que nem sempre o torna fiel ao relato que lhe deu origem.

Muitos trabalhos não vinculados a órgãos acadêmicos têm contado a história de Jales ao longo do tempo. E esses são os principais documentos discutidos, os objetos de estudos na análise da narrativa histórica do município de Jales. Estas são obras de

memorialistas que procuram fazer o resgate da história do município. “Sem ter faculdade exigida pelo exercício da historiografia, nem os melindres dos escritores, no meu modo de apresentar o assunto, tento abordar a faina pioneira na gestação, nascimento e engatinhar de nossa aprazível comuna” (SEIXAS, 2003, p.15).

Assim, o autor Genésio Mendes de Seixas apresenta sua obra: *Jales, Precursores e Pioneiros*, na qual procura estabelecer um relato profundamente histórico visando ressaltar, como indica claramente o título, os pioneiros na fundação de Jales.

A questão que se encaixa primordialmente visa estabelecer um entendimento de como se realiza essa narrativa. Não sendo um historiador, o autor não esclarece uma perspectiva, não se preocupa em estabelecer claramente sua visão historiográfica, porém, sem menos réstia ou vestígio de dúvida, ele a possui.

Visando mostrar a saga dos pioneiros, trabalha prioritariamente com estes personagens e tende a destacá-los com exaltação e admiração, talvez até mesmo como forma de homenageá-los, como evidencia Deonel Rosa Junior, na introdução do livro de Genésio Mendes de Seixas, “*Jales, Precursores e Pioneiros*”. “Este livro é um canto de louvor aos pioneiros, aos que enfrentaram toda sorte de dificuldades para que, em pleno sertão, fosse erguida uma cidade que se tornou, efetivamente, centro de região” (ROSA JUNIOR, apud. SEIXAS, 2003, p.14). Esses eram em geral pessoas simples que vinham para a região, na esperança de angariar condições de vida mais adequada ao conforto e bem-estar. Contudo, ao descrever a ação desses destacados como bravos e cansados aventureiros, o autor também trabalha com a história e participação do fundador, Euphly Jalles, nesse pioneirismo por ele deflagrado.

Um dos pontos fortes da memória produzida em torno da imagem de Euphly Jalles é a estratégia de exaltar o caráter participativo do fundador: “Euphly Jalles esteve presente em todos os momentos importantes da cidade. Ele participava de tudo” (MIRANDA, apud. SEIXAS, 2003, p. 129). Este se apresenta como algo permanente ao longo do curso da história no município. Ele é tido como peça chave para o progresso da cidade. Foi prefeito duas vezes, fato que permite admitir que tenha conquistado certo carisma entre a população. Seu papel para o crescimento da cidade é fato aceito por todos.

Segue uma análise de algumas evidências das posições presentes na escrita da história. Um dos pontos principais, que introduz toda esta reflexão, é a questão da fundação da cidade e o papel de Euphly Jalles neste processo.

Enquanto homens heróicos, dedicados ao trabalho, derrubando matas e arrancando ao solo as riquezas indispensáveis a manutenção, iam aqui e ali fazendo uma clareira na mata, o Dr. Euphly Jalles sonhava com a fundação de uma cidade, com possibilidade para tornar-se estável e que viesse a ser acolhedor de uma civilização condigna.

Não medindo sacrifícios, alimentando-se de caças, sofrendo toda espécie de hostilidades, de insetos e animais selvagens, dormindo ao relento, embrenhava-se no sertão em busca da concretização de seu sonho (SESTARI, 2002, p.202).

Neste trecho, da obra: “Minha Cidade, minha vida, meu livro”, de Ataíde Antônio Sestari, o fundador é exaltado nos moldes da história oficial. O discurso, neste caso, insere-se na idéia de “sonho de fundar a cidade”, numa forma de discurso em que outros contextos encaminham para a idéia da contribuição à marcha do progresso. Sempre um objetivo nobre é engajado nas ações de personagens mistificados na história oficial. De acordo com o autor, os objetivos do fundador seriam tão nobres a ponto deste abdicar do conforto para experimentar a privação em prol da cidade a ser fundada. O texto ilustra a ideia de um interesse centrado apenas no campo de um ideal, como os ventos a moverem o moinho da ação humana, neste caso, fosse apenas a vontade extrema de concretizar o que se quer, o discurso da marcha do progresso presente na ação pioneira.

Euphly Jalles é apresentado como um homem que não mede esforços, embrenha-se na mata, sofre hostilidades, privações, perigos, em vista de realizar o sonho de formar uma cidade. O herói é apresentado com todas as suas características fundamentais, tem-se o homem de valor, destemido, perseverante, que abdica de si mesmo por algo muito maior, seu sonho, as pessoas frágeis que precisam de sua proteção. O próprio autor utiliza o termo “homens heroicos”, e, dentre estes, destaca a figura de Euphly Jalles como elemento que pensa além, possui uma diferenciação por pensar “mais longe”, idealizar uma cidade em meio ao sertão.

Este é um dos principais pontos a serem destacados no discurso criado acerca de Euphly Jalles, o qual se refere a sua personalidade pioneira, o desbravador, o ilustre fundador, humilde, que se une aos trabalhadores, sem vaidades, sem distinção, que participa ativamente na construção da cidade.

O discurso a ressaltar o caráter ativo do fundador no processo de fundação da cidade fornece subsídios à construção de um mito. O recurso nesta temática é destacar que Euphly Jalles tinha particular interesse e preocupação pela cidade, como forma de confirmar a ideia de construção da cidade desencadeada por um sonho.

Esta memória oficial, que, por muito tempo, sustentou a estátua de Euphly Jalles, ao ser questionada com o levantamento de outras evidências que vêm à tona, mostra certa fragilidade, mostrando que a memória é um processo em constante transformação.

A queda da estátua aponta para a ideia da queda de um mito. A representação criada para manter viva a imagem do fundador transforma-se em objeto para materializar também uma suposta contestação, ou um protesto que permite supor evidências de que existe uma memória destinada a ser coletiva que não se solidificou em unanimidade. Contudo, há a necessidade de ter sempre consciente que este ato não se redime da possibilidade de ser apenas uma ação de vândalos sem preocupações históricas, políticas ou identitárias. Porém, abordo este acontecimento como simbologia para todo um contexto que direciona para as discussões presentes neste texto.

Vale destacar que, para o entendimento das possibilidades de motivos que levaram a esta ação, é necessário o entendimento da realidade do município naquele momento e é esta abordagem que traz indícios relevantes.

As terras onde nasceu a cidade, no momento da fundação, foram consideradas pertencentes a Euphly Jalles. Algumas terras no contorno do município não foram vendidas por Euphly Jalles e, após sua morte, em 1965, passaram a pertencer aos herdeiros, esposa e filhos, ou seja, como costumeiramente chamada no município, pela família Jalles. No ano de 1986, a prefeitura desapropriou uma faixa considerável de terra da família Jalles. Porém, por um longo período, nenhum pagamento foi realizado aos herdeiros por esta terra e, assim, a prefeitura contraiu para si uma dívida exorbitante, conforme noticiou o Jornal de Jales: “A dívida do município com a família Jalles atinge o valor de R\$ 10 milhões e é originária da desapropriação da área onde foi instalado o Distrito Industrial II” (JORNAL DE JALES, 2003, p. 1-05). O valor da dívida alcançou cifras muito elevadas¹, um acréscimo “decorrente do tempo do processo e dos acréscimos previstos na legislação das desapropriações” (ROSA JUNIOR, 2003, p. 1-05), a ponto de esta tornar-se elemento de grande polêmica e contenda judicial entre a prefeitura de Jales e a família Jalles.

¹ O valor da dívida em 10 milhões corresponderia a, praticamente, metade da previsão da arrecadação anual do município que, segundo relatório resumido da execução orçamentária da prefeitura, estaria em 2003 em torno de 22.841.000,00. Dados disponíveis no site: <http://www.jales.sp.gov.br/contas/2003/eogf06bim03.htm>, em 25 de setembro de 2008.

A situação agravou-se quando tal dívida acarretou no sequestro das rendas do município angariando reprovção de grande parte dos jalesenses. Deste modo, surge uma situação de indignação da população com a família do fundador, uma vez que “os Jalles” passam a ser vistos como continuação de um processo de apropriação infundável de possibilidades compensatórias sob o jugo exploratório contra o município. Ou seja, o fundador passa a ser rememorado e confundido com seus herdeiros, criando uma singularidade entre o passado e o presente, como se o fundador e sua família, hoje, fossem um mesmo elemento. Assim, a indignação é transferida ao fundador, repercutindo sobre sua memória.

O tratamento que passa a ser utilizado a Euphly Jalles pode ser visto como uma forma de vingança do município à família. Por mover uma ação contra a prefeitura e comprometer seriamente o equilíbrio do município com o sequestro de suas rendas, a família Jalles deixa clara uma total despreocupação com a cidade fundada por Euphly e isto afeta o *ego* de um município que, como será visto adiante, gabava-se de ser a “menina dos olhos de seu fundador”. Jales estaria sendo desprezada, desvalorizada e, assim, passa a corresponder a esta falta de consideração, demonstrando desprezo pelo fundador da cidade.

Antes do conflituoso acontecimento com a estátua de Euphly, a memória oficial sofria questionamentos. Outras versões para a história de Jales, nada agradáveis aos partidários de Euphly Jalles, ganharam espaço. O trabalho acadêmico de Sedeval Nardoque, intitulado “Apropriação capitalista e a formação da pequena propriedade em Jales-SP” (NARDOQUE, 2002) veio, no campo da memória, atuar como uma ruptura. Com este trabalho, Sedeval Nardoque colocou seriamente em questão a legalidade da aquisição das terras por Euphly Jalles, como também questionou e qualificou como ilegal algumas ações da família Jalles, como a cobrança do *laudêmio*² em algumas áreas da cidade.

Estes fatos, cientificamente apresentados, passaram a dar voz a outros sujeitos e narrar uma outra história que entrou em debate com a história oficial. Isso veio definitivamente condenar a permanência do mito em Jales. Porém, esta nova versão não foi recebida calorosamente por todos os municípios. Veio, na verdade, intensificar a

² Esta cobrança seria uma taxa de 2% do valor do imóvel sempre que ele for comercializado. Esta taxa regulamenta-se pelo fato de que “juridicamente os Jalles têm o domínio sobre os imóveis nessas localidades e aqueles que o possuem somente têm, legalmente, a posse” (NARDOQUE, 2006, p. 1-05). Assim, quando o posseiro decide vender sua posse, tem que considerar primeiramente o direito do detentor do domínio de recomprar a posse. A taxa de 2% diz respeito ao valor cobrado pela família Jalles para abrir mão do direito do privilégio na recompra, possibilitando, assim, a transação comercial.

divisão existente em torno da memória de Euphly Jalles. Esta divisão está ligada aos diferentes tipos de vivências que contemporâneos tiveram com Euphly Jalles, promovendo diferentes lembranças particulares.

Em controvérsias, temos trechos de artigos de diferentes pessoas que participaram de assídua discussão por meio do Jornal de Jales. O Bispo D. Demetrio Valentini realiza uma forte crítica ao afirmar “[...] a esperteza presidiu a história de Jales, desde o seu início. No ninho preparado, foram colocados ovos de serpente. Não estranha o que tenha saído deles” (VALENTINI, 2006 p. 2-11).

Através de uma metáfora, o autor transmite uma visão para os fatos que colocam em cheque a memória do fundador. Tem-se claramente a perspectiva de que os atos da família Jalles refletem na memória de Euphly Jalles. Realizando esta ligação, o autor do artigo fornece indícios de que há um processo de tentativa de ruptura com a história oficial acerca de Jales. Condenando a família do fundador, realiza uma crítica que se inicia em Euphly para terminar na família Jalles, como uma sequência, uma continuação. Uma vez que a relação dos herdeiros Jalles e a cidade não são propriamente amistosas e torna-se precursora de conflito. O mesmo pode-se dizer sobre a memória de Euphly Jalles, já que estão vinculadas.

Em resposta, Lair Seixas Vieira defende o Fundador, dizendo por obrigação:

[...] defender a memória do fundador da cidade, a quem devo gratidão, respeito e amizade, diante da subversão dos fatos e das graves ofensas assacadas contra ele e seus herdeiros [...] os herdeiros do fundador da cidade devem ficar com a consciência tranquila (VIEIRA, 2006, p1-05).

Uma veemente defesa e enquadramento no âmbito de inocentes e vítimas, dos que eram acusados pela metáfora de D. Demetrio Valentini. O termo defender a memória do fundador leva a crer que exista uma memória baseada em bons parâmetros que se encontra ameaçada por levantamento de questões que tendem a transfigurar os fatos para novas perspectivas. Esses são os opostos de uma complexa relação. Não há somente uma defesa como também a afirmação de que há subversão dos fatos. O que não se enquadra na história oficial é, portanto, tido como distorção.

O mais conflitante é a percepção desta distância entre os dois trechos. Lair Seixas Vieira era próximo de Euphly Jalles, o que indica que teria uma simpatia pelo fundador por tê-lo conhecido, por sua memória particular, pelo que viveu e não pelo que ouviu falar. O segundo articulador, Bispo Diocesano, não o conheceu “até hoje não tive oportunidade de conhecer nenhum membro da família Jalles” (VALENTINI, 2006, P. 2-11). Portanto, construiu sua percepção a respeito de Euphly Jalles através dos recursos

de difusão da memória. Isto indica que a memória é construída em um processo contínuo e inacabado e pode transformar-se, pois nunca está acabada. A partir deste dado, é possível concluir que a contestação da memória oficial tem conseguido difundir-se, uma vez que a fala do bispo mostra uma posição nada compatível com a história construída através do mito.

A cidade apresenta um quadro de múltiplas histórias e memórias. Cada qual procurando seu espaço. A memória é, dentro da história, um campo de batalhas e de possibilidades de produções infundáveis. Exatamente por isto, seu uso vincula-se a diversas perspectivas e objetivos, o que torna imprescindível ao historiador realizar sempre reflexões sobre a memória a ser “produzida”, e as versões a serem contadas.

Portanto, a história simplesmente reproduzida contada segundo o positivismo de reprodução de uma história oficial sem crítica, auxilia no enraizamento de postura de submissão aos estereótipos apresentados no percurso da narrativa histórica e auxilia na proteção do mito e da história oficial, que se faz presente em muitos escritos de obras memorialistas da cidade. Assim, é imprescindível a atenção quanto à forma como se cria a imagem de Euphly Jalles, atestando os erros em recair na criação de heróis ou a tendência de descrever a história de um coletivo a partir de um indivíduo.

Desta forma, os mecanismos de resistências, desencadeados por aqueles que não cooptaram com a versão oficial, apresentam novas possibilidades de abordagem, tornando necessário o entendimento de todas estas dicotomias, constituintes da memória.

É imprescindível reconhecer a história que está sendo contada e os significados desta, seus exageros e suas lacunas, para que não se constituam falsas memórias a alienar a população, para que esta possa perceber a história do município de uma forma isenta de paradigmas e tradições que singularizam o que deve ser pluralizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In. FENELON, Déa Ribeiro. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água. 2004.

MACIEL, Laura Antunes. **O Direito ao Passado: Memória e Cidadania**. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias. In. FENELON, Déa Ribeiro. et al. **Muitas memórias, outras histórias**: São Paulo, Olho d'água, 2004.

NARDOQUE, S.; OLIVEIRA, L. Renda da terra e a produção do espaço urbano em Jales-sp/Brasil. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (91). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-91.htm>> [ISSN: 1138-9788]

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP**. 2002. 1 v. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002.

FONTES

JORNAL DE JALES. Passeata pela Cidadania e Dignidade, 07 de Set de 2003, p. 1-05.

JUNIOR, Deonel Rosa. Credores pedem proposta detalhada à prefeitura. *Jornal de Jales*, Jales, 07 set., 2003. História, p. 1-05.

SEIXAS, Genésio Mendes de. **Jales, precursores e pioneiros**. Jales: [s.n.] 2003.

SESTARI, Ataíde Antônio. **Minha cidade, minha vida, meu livro**. Jales: Grafisa – santo gráfica e editora ltda, 2002.

VALENTINI, Demétrio. Summus ius, summa iniúria. *Jornal de Jales*, Jales, 12 fev., 2006. Política/Justiça, p. 2-11.

VALENTINI, Demétrio. Questão Jales: esclarecimentos complementares. **Jornal de Jales**, Jales, 12 fev., 2006. Política/Justiça, p. 2-11

VIEIRA, Lair Seixas. Contestando D. Demétrio. *Jornal de Jales*, Jales, 19 fev., 2006. Especial, p1-05.